

## Os desafios da inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil em escolas brasileiras



<https://doi.org/10.56238/futuroeducpesqutrans-013>

### Gabriella Espigares

Graduanda em psicologia pela Universidade São Judas Tadeu.

E-mail: gbespigares@gmail.com

### Cintia Nazare Madeira Sanchez

Doutora em psicologia (Teoria e desenvolvimento do comportamento) pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em psicologia do desenvolvimento e Aprendizagem pela UNESP.

E-mail: cintia.sanchez@saojudas.br

### RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento, onde há comprometimento na comunicação, na linguagem e no comportamento social, acompanhado de comportamentos restritos e repetitivos. Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de inclusão de crianças com TEA na educação infantil

nas escolas brasileiras. A presente pesquisa foi de natureza aplicada com objetivo exploratório. Quanto à natureza dos dados, foi de caráter qualitativo. As técnicas para obtenção de dados e informações utilizadas foram a de questionário e pesquisa bibliográfica. Para analisar a temática, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros com até 10 anos de publicação, para contextualizar o tema e resgatar conceitos já existentes na literatura. Posteriormente, houve a aplicação de um questionário com 6 professores que lecionassem para alunos com TEA, sendo 3 da rede pública e 3 da rede particular de ensino. Identificouse que a falta de adaptação de material, falta de preparo da equipe escola e a falta de recursos humanos e materiais são os maiores desafios para a inclusão alunos com TEA na educação do ensino infantil.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista, educação infantil, inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ATUALIDADE

Nos últimos anos, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou a ganhar mais visibilidade, fazendo com que as pessoas se atentassem aos primeiros sinais do transtorno e buscassem por ajuda profissional. A forma de diagnosticar o TEA também sofreu alterações, tornando os critérios mais amplos e, conseqüentemente, causando o aumento de diagnósticos em todo mundo. Ainda há muitas pesquisas sendo feitas para achar possíveis causas do aumento de diagnósticos, sendo que algumas são mais aceitáveis que outras (Hughes, 2012). As causas do TEA ainda são desconhecidas, mas como cita a OMS em 2022, muitos estudos apontam que sua causa é multifatorial, incluindo fatores ambientais e genéticos.

A Organização Mundial de Saúde (2022) define o TEA como um compilado de condições que dizem respeito à ordem social, da comunicação e da linguagem, além do interesse em atividades estreitas e repetitivas. Ressalta que o TEA tem início na infância e irá perdurar por toda a vida e



geralmente vem acompanhado de certas comorbidades como Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade, epilepsia, ansiedade e depressão.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM V-5 (2014), o TEA caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento. Há três níveis de TEA. O nível 1 faz com que o indivíduo necessite de apoio para realizar tarefas de seu cotidiano e sua comunicação possui falhas notáveis; o sujeito normalmente consegue formar frases completas, apesar de sua comunicação apresentar algumas falhas; possui alguns obstáculos para sua independência como a dificuldade em planejamento e organização, além de adversidade às trocas de atividades. Já no nível 2, o indivíduo necessita de um apoio substancial; sua comunicação, tanto verbal como não verbal, possui déficits graves, conseguindo formular apenas frases simples e seu interesse é reduzido a algumas atividades e objetos; estes indivíduos apresentam grandes limitações para começar uma interação social e possuem certa inflexibilidade do comportamento, apresentando dificuldade em mudar o foco de suas ações e em lidar com mudanças. Por último, temos o nível 3 do TEA, no qual os indivíduos necessitam de apoio muito substancial, apresentando grande déficit na comunicação verbal e não verbal, pronunciando apenas algumas palavras e raramente inicia interações sociais, e, quando o faz, geralmente é para satisfazer alguma necessidade própria. Estes indivíduos também apresentam inflexibilidade do comportamento como o nível anterior, mas em uma escala maior. Para o diagnóstico mais eficaz de TEA, os sintomas presentes não devem ser mais bem explicados pelo Transtorno do Desenvolvimento Global ou pela Deficiência Intelectual. O manual informa que uma das principais consequências funcionais do TEA é a aprendizagem, pois os indivíduos apresentam dificuldade na comunicação e interação social. Outro fator seria a dificuldade de planejamento e organização, que causam impactos em seu sucesso acadêmico (DSM-5, 2014).

## 1.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

Capellini, Costa & Zanata (2018) destacam que a Educação Especial e Inclusiva no Brasil pode ser dívida em 4 momentos, sendo eles a institucionalização, a segregação, a integração e a inclusão. A institucionalização, iniciada no Brasil em meados do século, diz respeito ao momento em que essas crianças, que anteriormente eram abandonadas em locais públicos devido sua deficiência, começam a ser abrigadas em instituições religiosas e passam a receber cuidados. Neste momento, há a criação de clínicas médicas que visam curar as pessoas com deficiência, abrindo espaço para a criação das primeiras instituições especializadas. É neste contexto que surgem as escolas especiais, adentrando a etapa da segregação.

Já na década de 70, Capellini e et al. (2018) destacam a intensificação da segregação, na qual existiam concomitantemente a educação comum e educação especial, a segunda visava atender melhor os alunos com deficiência. Com a luta crescente dos direitos humanos e a crise econômica mundial do



petróleo, a fase de integração começa a ganhar seu espaço. Enquanto o primeiro evento gera uma discussão em volta de direitos e democratização, o segundo evidencia que a educação especial possui altos custos para ser mantida, fazendo com que, em 1980, os alunos passassem a integrar, integralmente ou parcialmente, a educação comum, passando pela fase de integração. Apesar da presença dos alunos nas escolas ditas normais, neste momento ainda não há uma preocupação de adaptar as propostas pedagógicas para receber estes indivíduos.

Maciel, Pieckowski & Rech (2018) constataam que as definições que prevaleceram no dicionário para o conceito de inclusão é:

“...o ato de inserir, de colocar algo no meio dos outros, de integrar um elemento num todo.”

Assim, pode-se entender que para a inclusão acontecer de fato, o aluno não pode apenas estar presente no contexto escolar, mas sim fazer parte, interagir e participar ativamente deste.

No final da década de 80, os movimentos sociais começam a perceber que apenas colocar estas crianças na escola não é suficiente para que haja o aprendizado e a garantia de seus direitos. Capellini e et al. (2018) relatam que apenas em 1990 a pauta de inclusão começa a ganhar força e ser discutida, tendo como resultados a criação de lei e assembleias que auxiliam na criação de uma educação inclusiva.

Outro marco importante para inclusão das crianças com TEA na rede de ensino regular foi a declaração de Salamanca, de 1994, que se diferencia das outras a defender não apenas a presença das crianças atípicas nas escolas, mas sim sua inclusão total, com educação adaptada, que tenha significado para estas crianças.

Vale ressaltar que as etapas citadas anteriormente não foram totalmente superadas e a integração e a inclusão seguem existente concomitantemente no atual ensino brasileiro.

### 1.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E SUAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

A educação infantil, em um primeiro momento, surge com um caráter assistencialista, focado nos cuidados da criança. Com a perda de espaços propícios para brincadeiras no meio urbano, o crescente ingresso da mulher no mercado de trabalho e o aumento de violência nas cidades, a procura pelo ensino infantil passa a se intensificar, trazendo consigo uma preocupação acerca do modelo no qual a educação infantil se apoiava e seus objetivos. Se antes seu propósito era voltado aos cuidados e a preparação para anos seguintes, agora as questões ligadas ao desenvolvimento integral da criança e a socialização com outros pares começam a ganhar atenção. (Capellini, Costa & Zanata, 2018).

A Educação Infantil, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) em 2010, é oferecida em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos de idades em período diurno, integral ou parcial. Constitui-se como a primeira etapa da educação básica e se caracteriza como um espaço institucional não doméstico, que pode ser público ou privado.



Toda criança tem direito ao acesso à educação infantil, inclusive as crianças que se encontram dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O ensino na educação infantil deve ser guiado por propostas pedagógicas que são definidas pela cartilha de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), que é construída no intuito de disseminar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil presentes na Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, como o plano que irá orientar e definir metas para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças que dentro deste plano são cuidadas e educadas. A cartilha complementa dizendo que a criação da proposta pedagógica é coletiva, contando com a participação de toda a comunidade escolar, inclusive dos diretores e a família. Ainda segundo a cartilha, os objetivos da proposta pedagógica são:

“garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.” (Brasil, 2010, p. 18)

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil trazem como princípios norteadores das propostas pedagógicas para o ensino infantil a interação e as brincadeiras, promovendo vivências focadas na cultura brasileira de modo geral, no que diz respeito às etnias, arte, brincadeiras, tradições, dentre outros, no autoconhecimento na e promoção da autonomia, a indagação e a interação com outras crianças.

## 1.4 AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se fala sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças com TEA na educação infantil, observa-se a prevalência das práticas pedagógicas como foco principal.

Em sua formação básica, os professores carecem de uma formação adequada no que diz respeito ao ensino de crianças atípicas, dentre elas, com TEA. Muitos professores alegam não ter o manejo adequado para lidar com crianças atípicas e também relatam a falta de uma formação contínua sobre a temática. Os professores, ao se deparar com o aluno com TEA na sala de aula, enfrentam uma insegurança advinda de sua própria formação, dificuldade em se comunicar com a criança em sua frente, falta de disponibilidade de atender a crianças com TEA, ademais a falta de recursos materiais para colocar em prática propostas pedagógicas mais elaboradas. (Paula & Peixoto, 2019).

Os autores Maciel e Pieczkowski (2018) corroboram com as ideias anteriores, afirmando que o educador deve sempre buscar formas de trabalhar com todos os seus alunos através de atividades inclusivas e interessante para estes e que o investimento no aperfeiçoamento destes profissionais é a chave para o docente criar um ambiente mais inclusivo para as crianças.



Costa e et al. (2018) relembram que não apenas o professor deve estar preparado para receber o aluno atípico dentro da sala de aula, mas sim toda a equipe escolar deve ser capaz de acolher e incluir este aluno, inclusive a comunidade e a família. Os autores ainda destacam a importância de reforma na estrutura escolar para que aquilo que é falado nos decretos possa ser de fato executado na prática.

Maciel e Pieczkowski (2018) destacam a importância da singularidade no processo de aprendizagem, respeitando a individualidade do sujeito autista, que possui seus próprios interesses e sua própria capacidade e potencial de desenvolvimento que deve ser enxergada, respeitada e levada em consideração na hora da formulação de uma proposta pedagógica para que o ensino faça sentido para a criança. Alcântara e et al. (2021) trazem que tanto a escola como a sociedade em geral possuem uma expectativa de que o sujeito deve se adaptar ao ambiente, colocando a responsabilidade de adaptação no aluno. Espera-se que os indivíduos se comportem de tal maneira a se ajustar ao meio, proporcionando um ambiente que não aceita, não acolhe, não inclui, mas sim, segrega.

## 2 METODOLOGIA

Para analisar a temática, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros com até 10 anos de publicação, para contextualizar o tema e resgatar conceitos já existentes na literatura.

Para compor e integrar os dados da pesquisa, realizou-se uma entrevista com 6 professores da educação infantil que já lecionaram para alunos com TEA, sendo 3 da rede privada e 3 da rede pública. Ao longo do artigo, os professores serão identificados a partir da seguinte tabela:

Professor	Formação	Quantos anos de atuação	Rede pública ou privada
Professor 1	Pedagogia	3 anos	Privada
Professor 2	Pedagogia	17 anos	Privada
Professor 3	Pedagogia	4 anos	Privada
Professor 4	Pedagogia	10 anos	Pública
Professor 5	Pedagogia	14 anos	Pública
Professor 6	Pedagogia	11 anos	Pública

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos. Posteriormente a aprovação, foi realizada a entrevista por meio de um formulário online contendo 10 perguntas abertas e fechadas. Os entrevistados responderam a uma sequência de perguntas elaboradas pelo entrevistador a partir da revisão teórica.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após analisar as respostas presentes no formulário, torna-se possível identificar muitos pontos que corroboram com a teoria apresentada na revisão de literatura. Temas como a falta de preparo dos



profissionais, falta de apoio da equipe escolar, falta de recursos na sala de aula, dentre outros, se tornam evidente na fala dos profissionais.

A falta de preparo da equipe escolar como um todo foi a fala mais recorrente nos relatos das profissionais entrevistadas quando questionadas sobre as dificuldades enfrentadas na educação inclusiva. Dentre 6 profissionais, 4 citaram como uma dificuldade.

Costa e et al. (2018) ressaltam que o trabalho com a criança com TEA deve partir de uma colaboração da comunidade escolar como um todo e que todos devem ser devidamente capacitados para tal, sendo que a educação inclusiva passa por todos que estão envolvidos no processo educacional. A comunidade escolar em toda sua constituição deve estar preparada para participar da inclusão destes alunos. A professora 1, da escola particular relatou nesta questão que um dos maiores desafios da inclusão é na sua percepção é:

“A preparação de todos os profissionais que trabalham na escola, pois muitos agem de forma ineficaz por falta de conhecimento ou até mesmo por ignorância. Acaba ficando o “pesado” para professora responsável pela turma que o aluno estuda.”

O despreparo da equipe escolar pode prejudicar o trabalho desenvolvido com o aluno com TEA. A falta de conhecimento sobre o Transtorno faz com que muitos profissionais da escola adotem uma conduta errônea e prejudicial ao processo de aprendizagem e inclusão. A Professora 1 relata que após o diagnóstico de um de seus alunos, a forma de tratá-lo mudou completamente:

“... depois de ser diagnosticada ela foi rotulada, deixando de ser uma criança como todas as outras, para uma criança que exige cuidados especiais e é tratada como um bebê, sem levar em consideração a idade dela, e qualquer outro aluno que tem alguma dificuldade, as vezes comportamental, usam ela como parâmetro.”

Costa e et al. (2018) trazem o recorte de que tanto a construção da identidade de crianças neuroatípicas como o ensino infantil fincam suas raízes numa educação com caráter assistencialista. Os autores dizem que as crianças com TEA, ao longo da história, foram vistas como crianças dignas de dó, cuja presença na escola era apenas voltada para seus cuidados e não para o processo de aprendizagem. É preciso que este paradigma seja superado e que criança seja considerada como um ser único e com capacidade para que a inclusão de fato aconteça.

A falta de recursos para trabalhar foi outra pauta emergente nos relatos trazidos pelos educadores. Torna-se visível nas falas concedidas pelas professoras, principalmente pelas profissionais da rede pública de ensino, como a falta de recursos materiais para se trabalhar em sala de aula prejudica o ensino dos alunos dentro do espectro, além da sobrecarga do professor que precisa dar conta de muitas tarefas ao mesmo tempo, com salas superlotadas de alunos, dificultando a adaptação e olhar sob as necessidades específicas da criança com TEA. A professora 4, da rede pública, relata a



dificuldade de se pensar em estratégias para a inclusão do aluno com TEA em um contexto de superlotação da sala de aula:

“Hoje a palavra "inclusão" está em alta, com autores como a Mantoam que acredito que nunca encarou sozinha um mini grupo com 25 crianças, entre elas 3 autistas em diferentes níveis e comorbidades por 8, 9 horas seguidas, em 5 dias por semana. Não acredito que "jogar" a criança lá e esperar que a professora consiga controlar a turma, porque existe sim brigas, tapas, mordidas e empurrões que os TEA causam, porque estão em fases diferentes de desenvolvimento e controle de autorregulação, vai dar certo e ser sucesso. O resultado é uma turma frustrada, que acaba excluindo o TEA porque cansa de apanhar dele, uma professora exausta física, mental e espiritualmente, e uma criança TEA que não apresenta evolução, porque não tem a rede de apoio e aprendizagem. Relato meu, baseado em CEI conveniada privada...”

Costa e et al. (2018) pontuam que para o sucesso da inclusão do aluno dentro do espectro autista no ambiente escolar é indispensável que se tenha à disposição da equipe escolar recursos humanos e matérias para que aquilo previsto nas políticas públicas possam de fato ocorrer na sala de aula. Uma das professoras que atua em escola particular, ainda traz uma nova reflexão elucidando uma dificuldade de aceitação das famílias dos colegas de classe da criança com TEA.

Alcântara e et al. (2021) relatam a importância da ação coletiva de toda a sociedade frente ao preconceito, havendo a necessidade de reconstruir a identidade do sujeito com TEA que foi trazida durante a história. A autora afirma que a sociedade ainda espera que esses indivíduos se modifiquem e se adaptem ao meio e não ao contrário. Assim, a responsabilidade sempre recai na criança que se encontra dentro do espectro, ou até mesmo a qualquer criança que não se adeque aos métodos e estratégias utilizadas pela escola.

Com relação à forma que os alunos com TEA foram recebidos na escola nos últimos anos, as opiniões foram divergentes. Alguns profissionais consideram que as mudanças foram, de maneira geral, positivas e as crianças com TEA ganham cada vez mais espaço na sociedade e são melhores recebidos nas escolas. A professora 3, de escola privada, afirma que as crianças dentro do espectro: “... hoje são melhores recebidos em vista de muitos anos atrás, onde eram separados de outros alunos e hoje tem a oportunidade de estudar junto com a sala regular.”

Deve-se considerar que a convivência com os pares é fundamental para o desenvolvimento das crianças nesta faixa etária. Maciel e et al (2018) destacam que o desenvolvimento das crianças se amplia a partir do momento elas tem mais oportunidades de interação e de se comunicar com o outro.

Costa e et al. (2018) corroboram com esta ideia, afirmando que a inserção da criança TEA na escola estimula e aumenta sua capacidade de interagir, além de proporcionar a convivência das diferenças dentro do espaço escolar para todos os alunos que frequentam as escolas. Isto favorece para



que algumas desmistificações relacionadas ao aluno autista aconteçam e a sociedade caminhe para um futuro mais inclusivo.

Considerando a importância da convivência com os pares nesta faixa etária, Vygotsky (2007) afirma que as crianças aprendem por meio da interação social, sendo esta com outros pares ou com o meio cuja ela está inserida.

Segundo Maciel e et al. (2018) a inclusão vai muito além da inserção da criança no ambiente escolar e deve ser constituída por uma visão individualizada da criança que busca compreender toda sua capacidade para que se crie um ambiente acolhedor e adaptado para este indivíduo. A professora 2, da escola particular, alerta para o fato de que muitas vezes as crianças com TEA adentram as escolas apenas por questões legais, pois é uma obrigação prevista por lei, não havendo de fato uma inclusão. Quando perguntada se há diferença na inclusão do aluno autista nas escolas na atualidade, a professora responde que:

“Sim, apesar de que gostaria que não houvesse. Muitas vezes são recebidos por obrigação, porque a Lei garante a inclusão”

Costa e et al (2018) Ressaltam que apenas a ampliação do número de matrículas das crianças com autismo nas escolas não é suficiente, é necessário a garantia de um ensino de qualidade e suporte adequado para que esta criança possa de fato permanecer na escola e desenvolver toda as suas potencialidades.

Quando o assunto é a negligência nas graduações de pedagogia no Brasil, foi unânime entre os 6 profissionais que o conteúdo abordado no ensino superior não é suficiente para a recepção do aluno com TEA dentro da sala de aula. A professora 1 da rede privada afirma que:

“Na graduação pouco se é falado sobre TEA, eles falam apenas na educação inclusiva, que quando fiz foi apenas um semestre”

Já a professora 6 apontou a falta de conteúdo sobre como aplicar o conteúdo teórico aprendido na prática da sala de aula para que de fato a criança com TEA possa aprender:

“Na questão pedagógica sim, fui estimulada a compreender a criança com TEA e acreditar no seu potencial em relação a aprendizagem, contudo na questão técnica de COMO FAZER com que essa aprendizagem aconteça acredito que ficaram lacunas”

Nota-se que o assunto é abordado de maneira rasa e superficial no ensino superior. Paula & Peixoto (2019) afirmam que a falta de formação contínua acaba impactando negativamente a forma de receber os alunos com TEA no contexto educacional, sendo que os educadores, muitas vezes, não recebem nem uma formação inicial adequada. As autoras ainda elucidam o fato de que os próprios profissionais veem esta necessidade de complementação na formação, reconhecendo sua importância para o processo de aprendizagem dos alunos com TEA.



Para caminhar em busca da inclusão da criança autista dentro da sala de aula, há de se atentar para os meios utilizados no processo de aprendizagem. As profissionais destacam algumas formas de facilitar o processo de aprendizagem que utilizam na prática dentro do ambiente escolar. A professora 4, da rede pública, afirma que a aprendizagem pode ser promovida:

“Com recursos visuais/fotografias, salas de recursos, rede de apoio, terapias”

Já a professora 4, da rede particular, nos alerta para a importância de olhar a individualidade do aluno com TEA:

“É preciso que o professor deixe a sua ansiedade de lado e enxergue o aluno como um ser único que produzirá em seu próprio tempo. Nem sempre acompanhará os conteúdos de forma padrão e desenvolverá as habilidades como os demais, mas sim se desenvolverá dia após dia. Acredito que a causa da frustração do professor é a comparação e isso não é justo com o aluno com TEA nem mesmo com os demais”

Corroborando com esta ideia, Maciel e et al. (2018) afirmam que olhar sob a singularidade do aluno é indispensável para a inclusão. As práticas pedagógicas sempre devem estar alinhadas com os características de cada aluno, respeitando seus interesses e, assim, garantindo um desenvolvimento máximo de suas potencialidades. A professora 2 da escola particular relembra a importância do planejamento no ensino das crianças com TEA, dizendo que para se promover um ensino de qualidade deve-se pensar em

“Atividades preparadas, evitando improvisos, integrando todos os alunos”

O planejamento é algo fundamental para o processo de aprendizagem da criança com autista. Costa e et al. (2018) trazem a discussão a importância de um Plano de ensino individualizado, também conhecido pela sigla PEI, que é elaborado pela escola e é importante para a elaboração de metas e objetivos para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno, avaliando suas principais dificuldades de maneira que seu desenvolvimento possa ser mensurado. Outra questão levantada pelos profissionais foi a utilização da ludicidade nos momentos de ensino. A professora 1, da escola particular diz que o ensino deve ser feito com:

“Com muita ludicidade, tentando acrescentar o faz de conta nas atividades para motivar e ajudar a desenvolver mais”

Paula e Peixoto (2019) dizem que atividades lúdicas são fundamentais para a compreensão dos alunos autistas, para que, através da experiência, eles possam dar significado ao que está sendo apresentado, aprendendo de fato. Ao que diz respeito às ações constitucionais, algumas profissionais ainda trazem a luz da discussão as políticas públicas para que haja uma inclusão efetiva na sala de aulas. Uma professora da rede particular afirma que.



“Acredito firmemente que a inclusão é o caminho para uma sociedade mais igualitária, porém precisamos de Políticas Públicas mais atuantes, formação continuada não só de professores, mas de todos que participam da educação "de pessoas", não de alunos com TEA”

A professora 6 acrescenta a importância de medidas governamentais que levem em consideração a singularidade dos indivíduos dentro do espectro.

“Acredito que o Governo e suas Secretarias da Educação deveriam observar os estudantes com TEA em suas singularidades como a literatura pedagógica nos ensina”

Políticas públicas coesas e compatíveis com a realidade são de extrema importância para o direcionamento de uma boa inclusão nas escolas. Costa e et al. (2018) fazem um resgate e refletem sobre a importância das políticas públicas durante toda a trajetória da inclusão do Brasil, mostrando sua importância para cada pequeno avanço durante a história. Os autores também destacam que para o cumprimento do que está previsto em lei, é necessária uma boa estrutura disponível no ambiente escola.

Ao analisar as falas das professoras, nota-se que muitos pontos em comum foram trazidos pelas educadoras, porém nos relatos das professoras da rede pública, torna-se visível uma maior dificuldade de acessar materiais para realizar as adaptações necessárias para as crianças autistas, além de que se torna mais complexo se atentar a individualidade e necessidades de, não só da criança com TEA, mas de todas as crianças presente na sala de aula, devido a quantidade de alunos presente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O seguinte artigo buscou entender o panorama da educação infantil e a identidade da criança com transtorno do espectro autista para compreender como se dá o processo de inclusão do aluno com TEA dentro da educação infantil, tendo em vista o aumento significativo de diagnósticos de crianças com o transtorno na modernidade e a importância da educação infantil no desenvolvimento dos indivíduos. Para tal, foi utilizada a revisão de literatura, para recapitular conceitos importantes e já discutidos sobre o assunto, e um questionário direcionado a profissionais que atuam com crianças autistas na educação infantil, a fim de entender melhor como se dá esta inclusão (ou a falta dela) na prática.

Para compreender melhor e analisar o processo de inclusão de crianças com TEA na educação infantil nas escolas brasileiras, buscou-se entender quais as estratégias pedagógicas são utilizadas pelos profissionais dentro das escolas e se há diferença na inclusão das crianças autistas na rede pública e na rede privada. A análise permitiu concluir que a falta de formação adequada dos educadores na faculdade de pedagogia, a falta de reciclagem do conhecimento, o despreparo da equipe escolar e a falta de recursos materiais e humano se encontram presente dentro do ambiente escolar e se tornam barreiras para a inclusão da criança autista na escola. Para a o processo inclusivo acontecer de fato, é



preciso que toda a equipe escolar tenha manejo para lidar apropriadamente com a criança autista e acredite na potencialidade dela, incentivando a autonomia e ultrapassando o paradigma da educação infantil e inclusiva voltada para o assistencialismo. Ademais, é importante que os conhecimentos sejam sempre reciclados para que novas técnicas e estratégias sejam incorporadas na rotina da sala de aula, tendo em vista o acolhimento das individualidades da criança autista.

Também foi possível observar que as estratégias mais usadas pelos professores foram recursos visuais na atividade, sendo necessário um melhor planejamento e a utilização do PEI (Plano de Ensino Individualizado) para cada aluno. A literatura diz que o planejamento e elaboração de metas e objetivos são a base para um resultado significativo no ensino da criança com TEA. A diferença entre as dificuldades relatadas na rede privada e pública de ensino também são notórias, sendo que no ensino público, a inclusão dos alunos com TEA é principalmente dificultado pela falta de recursos materiais e humanos. Outro tópico emergente é a questão das políticas públicas, que apesar de existirem, precisam ser adaptadas a realidade da educação brasileira, para que possam de fato ser aplicadas na prática, criando uma educação mais inclusiva, respeitosa e significativa. Também é importante destacar que todas as dificuldades relatadas durante a pesquisa não se limitam a educação de criança com TEA, mas muito destes empecilhos impactam também a qualidade da aprendizagem de todas as crianças do ensino infantil.

Contudo, esse artigo não tem o objetivo de esgotar o tema tratado e ressalta-se a necessidade de continuar explorando a temática, principalmente com pesquisas que contam com a participação dos profissionais que atuam diariamente no contexto escolar para a formulação de estratégias pedagógicas e políticas públicas que possam fazer sentido na prática dentro das escolas considerando a realidade brasileira.



## REFERÊNCIAS

- Brasil. (2010). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB. [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)
- Brasil da Silva Alcântara, A., Coutinho Bonfim, E. C., Lopes Benevides, S. L., & Miguel Macedo, Y. (2021). Desafios à Inclusão da Criança Autista na Educação Infantil. *Interações*, 17(57), 38–57. Recuperado em: <https://doi.org/10.25755/int.24222>
- Center of Diseases Control and Prevention. (2021). *Data & Statistics on Autism Spectrum Disorder*. Retirado de: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília, DF. Recuperado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Costa, F. A. de S. C., Zanata, E. M., & Capellini, V. L. M. F. (2018). A educação infantil com foco na inclusão de alunos com TEA. *Revista Eletrônica Esquiseduca*, 10(21), 294–313. Recuperado de <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/592>
- do Evento, C., Maciel, A., Pieczkowski, S., & Rech, T. (2019). A inclusão de crianças com autismo na educação básica: fatores significativos para o desenvolvimento infantil. *Revista do Seminário de Educação de Cruz Alta - RS*, 6(1), 230-237. Recuperado de <http://www.exatasnaweb.com.br/revista/index.php/anais/article/view/662>
- Hughes, V. (2012). Epidemiology: Complex disorder. *Nature*, 491(7422), S2—S3. Recuperado em: [https://www.schwartzman.com.br/\\_files/ugd/a5c542\\_f44c804e2419462ab06f7ed4457fa066.pdf?index=true](https://www.schwartzman.com.br/_files/ugd/a5c542_f44c804e2419462ab06f7ed4457fa066.pdf?index=true)
- Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. (1990). Regula sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, DF. Recuperado de: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990-07-13;8069>
- Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015 (2015) Regula sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.ht)
- Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : DSM-5/ [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2014.
- Organização Mundial da Saúde. (2022). *Autism*. Retirado de: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>.
- Paula, J. B., & Peixoto, M. F. (2019). A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. *Cadernos Da Pedagogia*, 13(26). Recuperado em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289/473>.